

Ação Civil Pública Federal nº 10058-73.2015.4.01.4300- 1ª Vara Federal – SJTO

Visita Técnica 02

Áreas Temáticas:

Reestruturação e Organização do Serviço

Gestão Operacional dos Serviços de Saúde

Áreas Responsáveis:

Superintendência de Gestão Administrativa – Lisiara Carla Gemelli Vieczorek

Superintendência de Unidades Hospitalares Próprias – Elaine Negre Sanches



VISITA TÉCNICA 02

Área Temática: reestruturação e organização do serviço		
4. Reforma da ambiência cirúrgica no Hospital de Maternidade Dona Regina		
4.1	Priorizar a conclusão da obra de maneira que atenda aos pré-requisitos do hospital amigo da criança, PPP (Pré-parto, Parto e Pós-parto).	
O QUE JÁ FOI FEITO		Status
Inicialmente, cumpre informar que durante os anos de 2017 a 2022 foram realizadas melhorias quanto ao atendimento e sua estrutura física, podendo ser citadas as melhorias dos seguintes setores: Abrigo de Resíduos Reforma do Ultrassom Reforma da Recepção e Fachada Ampliação da Agência Transfusional Reforma Cozinha e Refeitório Adequação da acessibilidade da unidade Ala Pré-Parto Centro Cirúrgico Banco de Leite Ala Covid Adequação CME Reforma Banheiros dos quartos PPP Repouso Multiprofissional Adequações do Berçário da UTI Neonatal Adequação da Enfermaria UTI Neonatal. (ANEXO 1) Em busca de sanar o problema estrutural do Hospital e Maternidade Dona Regina, o governo do Estado do Tocantins incluiu a construção do novo Hospital e Maternidade Dona Regina - HMDR, por meio de Parceria Pública Privada - PPP, conforme o Decreto nº 6.270, de 07/06/ 2021, DOE 5859. SGD: 2022/75019/000266 OFÍCIO nº 108/2022/GABSEC. (ANEXO 2) Dessa forma, a Secretaria de Parcerias e Investimentos vem fazendo a governança do Projeto Rede de Atenção Hospitalar – Hospital Materno-Infantil, juntamente com a Comissão Mista de Avaliação, instituída pela Portaria Tocantins Parcerias nº 154/2022, de 17 de agosto de 2022, para apoio, acompanhamento das etapas de avaliação, validação e reformulações necessárias do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) do Projeto em comento.		Em execução





Ação Civil Pública Federal nº 10058-73.2015.4.01.4300- 1ª Vara Federal – SJTO

Após a qualificação do Projeto no Tocantins PPI por meio do Decreto Estadual nº 6.270, de 07 de junho de 2021, foi concedida a Autorização nº 002/2021, publicada no Diário Oficial nº 5880, para elaboração de MIP – Manifestação de Interesse Privado pelo CONSÓRCIO “MAIS SAÚDE” composto pelas seguintes empresas: LEME ADVOGADOS ASSOCIADOS, EDE & ASSOCIADOS LTDA e LUNAK CONSULTORIA EMPRESARIAL, por sua conta e risco, para desenvolver estudos à estruturação e modelagem de projeto de construção, gestão, operação e manutenção do Hospital Materno-Infantil no Estado do Tocantins, sem ônus financeiros ao Estado.

Na sequência, os estudos realizados pelo Consórcio “Mais Saúde” foram recepcionados pelo Governo, que mediante a complexidade e relevância do projeto visou uma análise criteriosa dos estudos por profissionais com expertise na matéria, de forma a avaliar, validar e reformular os documentos técnicos, operacionais e jurídicos. Para tanto, o Governo do Estado realizou aporte financeiro no valor de 1.900.000,00 em favor da Tocantins Parcerias, conforme instrução dos autos SGD nº 2022/37000/000266, com a finalidade de dar suporte financeiro a estatal para proceder a contratação da Fundação EZUTE, de acordo com o processo nº 2022/99911/000070 e publicação do extrato do contrato no DOE nº 6.143 de 04/08/2022.

Vale destacar que o cronograma macro avançou com a conclusão da 1ª fase, de contratação da consultoria. O projeto se encontra na 2ª fase, que trata da Avaliação, Validação e Reformulação dos Estudos, que, conforme contrato com a EZUTE, está subdividida em 3 etapas, com previsão de término em 150 dias após a assinatura do contrato.

O contrato ainda prevê as etapas 4, 5 e 6, que pertencem às próximas fases do cronograma macro da SPI. Destaca-se, ainda, que os prazos são sucessivos e começam a contar a partir do encerramento da fase anterior. (SGD **2022/75019/600**).



Ação Civil Pública Federal nº 10058-73.2015.4.01.4300- 1ª Vara Federal – SJTO

O QUE FAZER A PARTIR DE 2022 (AÇÃO PROPOSTA)	ETAPAS	RESPONSÁVEL (Ocupante do Cargo)	PRAZO FINAL CONCLUSÃO DA AÇÃO
Contratação de Consultoria para validação		SIP	Realizado
Estudos/modelagens	Etapa 1 – Entrega do PRODUTO 1: Organização da metodologia Etapa 2 – Entrega do PRODUTO 2: Relatório de Avaliação do Estudo Técnico Operacional; Entrega do PRODUTO 3: Relatório de Avaliação do Estudo Econômico-Financeiro; Entrega do PRODUTO 4: Relatório de Avaliação do Estudo Jurídico Institucional. Etapa 3 – Entrega do PRODUTO 5: Relatório de reformulação do Estudos inicialmente enviados pela MIP.	SIP	150 dias
Consulta e Audiência Pública (Após aprovação do Conselho do Programa Tocantins PPI)	Etapa 4 – Entrega do PRODUTO 6: Apoio para realização de <i>market sounding</i> , <i>roadshow</i> , consulta pública e audiência pública.	SIP	60 dias
Controle Interno – SEFAZ/PGE/CGE	Etapa 5 – Entrega do PRODUTO 7: Apoio para aprovação do projeto de PPP pelos órgãos de controle.	SIP	50 dias
Controle Tribunal de Contas	Etapa 5 – Entrega do PRODUTO 7: Apoio para aprovação do projeto de PPP pelos órgãos de controle.	SIP	60 dias



Ação Civil Pública Federal nº 10058-73.2015.4.01.4300- 1ª Vara Federal – SJTO

Processo Licitatório	Etapa 6 – Entrega do PRODUTO 8: Apoio para licitação do projeto de PPP.	SIP	60 dias
Fase preparatória do licitante vencedor	Consolidação das formas de garantias pela concedente, aprovação do plano de negócio/trabalho e constituição/registo de Sociedade de Propósito Específico pelo concessionário.	SIP	06 meses
Obras	Construção	SIP	16 meses

Ampliação do Centro de Parto Normal do Hospital e Maternidade Dona Regina.		
5.1	Priorizar a conclusão da obra de maneira que atenda aos pré-requisitos do hospital amigo da criança, PPP (Pré-parto, Parto e Pós-parto)	
O QUE JÁ FOI FEITO		Status
Conforme informações prestadas pela Diretoria de Arquitetura e Engenharia dos Estabelecimentos de Saúde - DAEES, esta Secretaria de Estado da Saúde – SES/TO informa que já houve a devolução dos saldos remanescentes das propostas de ampliação dos Centros de Parto Normal do Hospital Dona Regina e de Paraíso do Tocantins. Vale ressaltar que, conforme explanado no item anterior, item 4.1, o Governo do Estado do Tocantins incluiu a construção do novo Hospital e Maternidade Dona Regina - HMDR, o qual contará com Centro de Parto Normal adequando às normas por meio de Parceria Público Privada - PPP, conforme o Decreto nº 6.270, de 07/06/ 2021, DOE 5859, consoante cronograma do item 4.1.		Em execução

Área Temática: gestão operacional dos serviços de saúde	
5. Disponibilização do registro de nascimento.	



Ação Civil Pública Federal nº 10058-73.2015.4.01.4300- 1ª Vara Federal – SJTO

5.1	Articular com o Secretário da Cidadania e Justiça a instalação do serviço de registo de nascimento na unidade hospitalar (HMDR e HRAugust).	
5.2	Implantar cartório de registro de nascimento nas unidades (HRAug HMDR).	
O QUE JÁ FOI FEITO		Status
O cartório do Hospital e Maternidade Dona Regina foi implantado no dia 07/12/2016 e encontra-se em funcionamento. (SGD 2022/30559/154314). O HMDR foi reavaliado pelo Ministério de Saúde em 2018, sendo mantido o título de Hospital Amigo da Criança. O Cartório de Registro Civil do Hospital de Referência de Augustinópolis está em funcionamento desde março 2019, onde foi idealizado e enviado processo de implantação desde início de 2018. Esse possui Manual de Normas e Rotinas, e POP, a servidora do setor realiza diariamente visitas em todas as enfermarias do setor da obstetrícia, informando a oferta dos serviços em nossa Unidade, portando os documentos necessários e esclarecendo possíveis dúvidas que surgirem. Informo ainda que o setor conta com a parceria para divulgação da oferta dos serviços: Enfermagem e Serviço Social. (ANEXO 3)		Realizado

